

La política de currículo del programa de educación ciudadana integral para el atendimento de adolescentes y jóvenes en cumplimiento de medidas socioeducativas
A política de currículo do programa de educação cidadã integral para o atendimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas
The curriculum policy of the Comprehensive Citizenship Education Program for the care of adolescents and young people in compliance with socio-educational measures

Ana Claudia da Silva Rodrigues¹

André dos Santos Bandeira²

Anne Karoline Cantalice Sena³

Nome do programa/Universidade: Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

Autor: Professor e Pesquisador Dr. Rafael Ferreira de Sousa Honorato⁴

Orientadora: Profa. Dra. Maria Zuleide da Costa Pereira

Data da defesa: 22 de fevereiro de 2022

Resumen

La obra reseñada tiene por temática la política curricular del Programa de Educación Ciudadana Integral direccionada para jóvenes en privación de libertad. Esta investigación tuvo por objetivo analizar la política curricular del Programa de Educación Ciudadana Integral para Jóvenes en Cumplimiento de Medidas Socioeducativas en el Sistema Socioeducativo de la Paraíba/PB, Brasil, instituida por el Decreto N° 37.505, de 18 de Junio de 2017. Con esto, este estudio permite entender la complejidad de la actuación de la política de currículo y (re)pensar las prácticas curriculares en el espacio socioeducativo del contexto paraibano. Para ello, el autor recurre a supuestos teórico-metodológicos pos-estructurales y posfundacionales, ancorados en el abordaje del ciclo político de Bowe, Ball y Gold (1992); y Ball (1994). como también la Teoría del Discurso de Laclau (2011, 2013), Laclau e Mouffe (2015), como también de las teorizaciones de Mouffe (2005, 2011, 2015). La investigación se basa en documentos oficiales internacionales y nacionales, además de normativas estatales y entrevistas con actores envueltos en la política investigada. El autor señala registros antagónicos en la propuesta de construcción de la política y señala que esta ha enfrentado serios problemas para constituirse debido a la falta de financiamiento para el mantenimiento y la reforma, así como a problemas relacionados con los recursos humanos, que carecen de una formación

adecuada y específica, además de recursos materiales a menudo escasos. Concluye que el currículo, como construcción discursiva, refleja la búsqueda de una respuesta política-curricular a la realidad de los jóvenes en privación de libertad, destacando la Educación Integral como medio para garantizar la protección integral de estos adolescentes.

Palabras clave: Políticas curriculares; Educación Integral; Medidas socioeducativas; Privación de libertad

Resumo

A obra resenhada tem por temática a política curricular do Programa de Educação Cidadã Integral direcionada para jovens em privação de liberdade. Essa pesquisa teve por objetivo analisar a política curricular do Programa de Educação Cidadã Integral para Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas no Sistema Socioeducativo da Paraíba/PB, Brasil, instituída pelo Decreto nº 37.505, de 18 de julho de 2017. Com isto, esse estudo possibilita entender a complexidade da atuação da política de currículo e (re)pensar as práticas curriculares no espaço socioeducativo do contexto paraibano. Para tanto, o autor recorre a pressupostos teórico-metodológicos pós-estruturais e pós-fundacionais, ancorados na abordagem do ciclo político de Bowe, Ball e Gold (1992); e Ball (1994), bem como a Teoria da Atuação da política proposta por Ball, Maguire e Braun (2016). Ademais, visando romper com as estruturas e formas que buscam limitar a tradução da política, fez uso também da Teoria do Discurso de Laclau (2011, 2013), Laclau e Mouffe (2015), bem como das teorizações de Mouffe (2005, 2011, 2015). A pesquisa se baseia em documentos oficiais internacionais e nacionais, além de normativas estaduais e entrevistas com atores envolvidos na política investigada. O autor aponta registros antagônicos na proposta de construção da política, e sinaliza que essa tem enfrentado sérios problemas para se constituir por falta de financiamento para a manutenção e reforma, bem como questão de recursos humanos, que não possui formação adequada e específica, além de recursos materiais que por vezes são escassos. Ele conclui que o currículo, como construção discursiva, reflete a busca por uma resposta política-curricular à realidade dos jovens em privação de liberdade, destacando a Educação Integral como meio de garantir a proteção integral desses adolescentes.

Palavras-chave: Políticas curriculares; Educação Integral; Medidas socioeducativas; Privação de liberdade

Abstract

The reviewed work focuses on the curricular policy of the Comprehensive Citizenship Education Program aimed at youth in detention. This research aimed to analyze

the curricular policy of the Comprehensive Citizenship Education Program for Youth under Socioeducational Measures in the Socioeducational System of Paraíba/PB, Brazil, instituted by Decree No. 37,505, of July 18, 2017. Thus, this study allows us to understand the complexity of the curriculum policy's implementation and to (re)think curricular practices in the socio-educational space of the Paraíba context. To this end, the author resorts to post-structural and post-foundational theoretical-methodological assumptions, anchored in the approach of the political cycle by Bowe, Ball, and Gold (1992); and Ball (1994), as well as the Theory of Policy enactment proposed by Ball, Maguire, and Braun (2016). Moreover, aiming to break with the structures and forms that seek to limit the translation of policy, the author also made use of Laclau's Discourse Theory (2011, 2013), Laclau and Mouffe (2015), as well as Mouffe's theorizations (2005, 2011, 2015). The research is based on international and national official documents, as well as state norms and interviews with actors involved in the investigated policy. The author points to conflicting records in the proposal for the construction of the policy and indicates that it has faced serious problems in establishing itself due to a lack of funding for maintenance and renovation, as well as human resources issues, where there is a lack of adequate and specific training, in addition to material resources that are sometimes scarce. He concludes that the curriculum, as a discursive construction, reflects the search for a political-curricular response to the reality of youth in detention, highlighting Integral Education as a means to ensure the comprehensive protection of these adolescents.

Keywords: Curricular policies; Integral Education; Socio-educational measures; Detention

A obra resenhada foi produzida a partir de um trabalho de tese realizado no período de 2018 a 2022 pelo pesquisador Dr. Rafael Ferreira de Sousa Honorato⁴, no âmbito da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, localizada no Estado do Paraíba, Brasil. A pesquisa apresenta por objeto de estudo a política curricular do programa "Janela para o Futuro", instituída pelo Governo do Estado da Paraíba/ PB, Brasil, por meio da Secretaria de Estado da Educação (SEE), ao publicar o Decreto nº 37.505, de 18 de julho de 2017. A escolha da temática encontra-se imbricada com as vivências (com as práticas docentes, e com as pesquisas acadêmicas), e as experiências profissionais do pesquisador supracitado, ao atuar tanto na condição de coordenador pedagógico de uma Escola Cidadã Integral, que atendia a adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade nas unidades de internação da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" (FUNDAC) , quanto coordenador do Eixo Educação da Diretoria Técnica-DITEC/FUNDAC. Desse modo, imerso nas tessituras dos enredamentos em diferentes tempos-espacos da política investigada, almejou dar visibilidade às experiências que são desenvolvidas nessa modalidade que por muitas vezes ficam invisibilizadas.

No movimento de compreender a trajetória e os discursos que deram origem à política para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa, o autor, no âmbito desta investigação, destaca a seguinte situação-problema: quais as demandas, articulações e antagonismos se constituem na atuação da política de currículo do Programa de Educação Cidadã Integral para Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas?

Nesse sentido, ele objetiva analisar a política curricular do Programa de Educação Cidadã Integral para Adolescentes Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas no Sistema Socioeducativo da Paraíba, Brasil. Esta pesquisa apresenta um teor de originalidade, uma vez que não há estudos, que tenham realizado o mesmo esforço em investigar a política curricular que atende os adolescentes e jovens em unidades socioeducativas, principalmente quanto há programas e políticas de currículo (de tempo) integral, em espaços e tempos iguais ou similares aos do cumprimento de medidas socioeducativas da Paraíba.

Dessa forma, acreditamos que a discussão dessa política é de grande relevância, uma vez que apresenta um caráter pioneiro no Brasil, e constitui-se como passo importante para os objetivos da Socioeducação na garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes e jovens que são atendidos nas unidades de socioeducação.

Para alcançar o objetivo traçado, o autor faz uso de aportes teórico-metodológicos com foco em tendências pós-estrutural e pós-fundacional como estratégia para compreensão da política de currículo da Escola Cidadã Socioeducativa. Dessa forma, ele adotou a abordagem do ciclo de políticas de Bowe, Ball e Gold (1992),

Ball (1994, 2014) e a Teoria da Atuação de Ball, Maguire e Braun (2016), além de acionar as teorizações discursivas da Teoria do Discurso de Laclau (2011, 2013), Laclau e Mouffe (2015), bem como das teorizações de Mouffe (2005, 2011, 2015).

Para compreensão da política investigada, notamos que o autor recorre a diversas fontes de apropriação dos discursos oficiais, desde documentos internacionais, nacionais e estaduais a entrevistas. No que tange a apropriação dos documentos internacionais utilizados neste trabalho, verificamos a: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Regras Mínimas para a Administração da Justiça dos Menores, também chamada Regras de Beijing (1985); Regras para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, mais conhecidas como Regras de Havana (1990) e os Princípios Orientadores da ONU para a prevenção da delinquência juvenil, denominadas Regras de Riad (1990b). Essas fontes foram utilizadas para fundamentar a análise da política curricular do programa Janela para o Futuro, à luz da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015).

Somado a estas fontes empíricas internacionais, verificamos alguns documentos oficiais brasileiros, dentre eles: Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a [Resolução CEB/CNE nº 03/2016](#) (2016). Além de se debruçar sobre algumas legislações do Estado da Paraíba, principalmente sobre o documento do Programa de Educação Cidadã Integral para o Atendimento de Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas - Janela para o Futuro (2017a), as Diretrizes Curriculares das Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas (2017).

Uma outra técnica de coleta de dados utilizada por Honorato (2022), consiste na realização de entrevistas com alguns atores envolvidos na política investigada. Esta técnica foi usada diante da proeminência da tradução da política, assim destacando a influência daqueles que atuaram na produção dos textos do decreto, que instituiu o Programa Janela Para o Futuro, e das Diretrizes. Dessa forma, foram entrevistados quatro sujeitos envolvidos na produção das políticas.

A tese se encontra organizada em cinco capítulos. Na introdução, intitulada "MOTIVOS E CAMINHADA INVESTIGATIVA", no nosso entender como o primeiro capítulo da tese, o autor faz apresentação de sua trajetória acadêmica e profissional, destacando sua caminhada e suas motivações para análise dos discursos que deram origem a política para adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Nesta seção, apresenta as questões e objetivos de pesquisa, bem como ressalta o caminho investigativo deste trabalho.

No segundo capítulo, intitulado "REATIVANDO OS PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: O CURRÍCULO COMO DISCURSO", traz uma breve discussão sobre a complexidade do processo político a partir da abordagem do Ciclo Contínuo

de Políticas (Bowe *et al.*, 1992), (Ball, 1994, 2014) e da Teoria da Atuação Política (Ball *et al.*, 2016).

Neste capítulo, o autor faz uma breve caracterização da abordagem do ciclo de políticas proposta por Bowe *et al.* (1992) e Ball (1994), destacando a definição de política, a gênese da política, apresentação dos contextos primários do ciclo de políticas (contexto da influências, da produção do texto, da prática, dos efeitos e estratégia política) e suas transformações no decorrer do tempo (ampliação dos contextos, e noção de linearidades desse contextos substituída pela ideia de contextos aninhados, inter-relacionados). Honorato (2022), ainda buscou ampliar as discussões sobre a análise da política investigada mediante tessituras subsidiadas pela Teoria da Atuação de Ball *et al.* (2012), abordando, por exemplo, a discussão da utilização do termo "tradução" em vez de "implementação" das políticas.

Na tese, lança mãos sobre as pesquisas nacionais produzidas por pesquisadores brasileiros, como os escritos de Lopes (2005); Macedo (2014); Dias (2009); Pereira (2009a, 2009b); Honorato, Pereira e Ramos (2020), entre outros.

Ainda no segundo capítulo, adota abordagens conceituais da Teoria do Discurso de Laclau (2011, 2013), Laclau e Mouffe (2015), bem como das teorizações de Mouffe (2005, 2011, 2015), para fazer uma diferenciação conceitual e experimental de duas categorias diferentes, mas entrelaçadas: "a política" e "o político". Com isto, nos fica evidente que o autor optou por associar teorias diferentes, mas complementares, com o intuito de pensar a trajetória e complexidade da política de currículo do Programa Janela para o Futuro que vem sendo desenvolvida em espaços de privação de liberdade para adolescentes e jovens.

No capítulo terceiro, "PRODUÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO CONTEXTO INTERNACIONAL", foram apresentadas as normativas internacionais, planos e programas de direitos humanos relacionados à educação de adolescentes e jovens privados de liberdade, destacando as diferentes perspectivas sobre o grupo, desde ser objeto de proteção até se tornarem sujeitos de direitos em contexto democrático.

Utilizando os conceitos de "Redes Políticas" e contexto de influência de Ball (2014), explora as contribuições da Liga das Nações, da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seus Organismos Internacionais na criação do sistema de justiça juvenil global. Destacando, em particular, a influência da Liga das Nações Unidas, com ênfase na Declaração de Genebra, elaborada por Eglantyne.

Ademais, foi ressaltado que somente em 1948, dois anos antes do término da Segunda Guerra Mundial e da dissolução da Liga das Nações, a ONU proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, marcando uma expansão significativa na concepção de Direitos Humanos no século XX. Porém, diante da necessidade de proteção legal específica para as crianças em caso de violação de seus direitos

básicos, a ONU aprovou, em 1959, de forma unânime, a Declaração dos Direitos da Criança. Esta declaração, composta por 10 (dez) princípios, delineava os direitos básicos de toda criança, abrangendo liberdade, alimentação, educação e convívio social.

Nesse contexto, o autor destaca que uma série de demandas discursivas formaram uma cadeia de equivalência que hegemonizou o discurso dos direitos humanos fundamentais infante-juvenis no Brasil. Na esfera política de formulação de currículo, se constituiu um discurso em defesa da centralização curricular, logo, os antagonismos políticos delimitaram os limites e as reais possibilidades, ou mesmo impossibilidades concretas de implementação, desses direitos.

Seguindo essa compreensão, no capítulo quatro, denominado "DISCURSOS SOBRE O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO BRASIL", a análise da rede de políticas é concentrada na produção dos textos da política nacional. O pesquisador destaca que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 (1990), substituiu o paradigma da situação irregular, caracterizado por discriminação e repressão, pela Doutrina de Proteção Integral, recepcionada pela Constituição Federal, influenciando uma reorganização na rede discursiva, resultando em um novo enfoque nas políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil.

A educação, inicialmente considerada um direito social na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), é reafirmada no ECA como um direito fundamental coletivo para crianças e adolescentes. Reconhecendo a obrigatoriedade do ensino gratuito como um direito público e subjetivo, o que reflete os acordos internacionais que enquadram a educação como um direito humano, social e fundamental.

Sendo assim, o autor aponta as sanções estabelecidas pelo ECA regulamentadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que criou inicialmente a Resolução nº 119/2006b do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Como também destaca a Seção V do Capítulo II da LDBEN, o Parecer nº 8/2015 do Conselho Nacional de Educação, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e às diretrizes do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013), que preconiza a ampliação do atendimento integral para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, objeto da política do Programa de Educação Cidadã Integral para Adolescentes e Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas.

Direcionando-se aos achados, o autor no capítulo quinto, "ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL PARA ADOLESCENTES E JOVENS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NA PARAÍBA", concentra-se na investigação das demandas que foram articuladas ou excluídas durante a produção

da política de currículo para a educação de adolescentes e jovens em privação de liberdade na Paraíba. Para tanto, utilizou documentos oficiais como elementos discursivos, adotou a abordagem da atuação política, baseando-se nas teorizações lacanianas e explorou as narrativas de quatro entrevistados identificados como G1, G2, G3 e G4.

O destaque inicial recai sobre a origem da proposta em análise. O autor destaca o surgimento da proposta a partir do discurso de *déficit* da qualidade das socioeducativas e da precarização na aplicação de programas voltados à educação de jovens no atendimento escolar, principalmente após os incidentes da rebelião no Centro Educativo "Edson Mota" e a do Completo Lar do Garoto. Essa situação impulsiona a discussão sobre Educação Integral no sistema. Em resposta, a Secretaria de Educação do Estado (SEE), em colaboração com a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice Almeida (FUNDAC) e a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH), lança o Programa Janela para o Futuro, visando influenciar as instituições na produção de sentidos desejados.

Além das discussões advindas mediante as narrativas dos entrevistados e da análise da cadeia de equivalência dos discursos produzidos, foi mencionada a comissão que pensou a proposta, algumas das discordâncias entre os elaboradores e as diferentes perspectivas em disputa. Como também, a organização da política de currículo do Programa Janela para o Futuro, que se conecta com outros documentos políticos por diversos elementos que dão origem à matriz curricular para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos em tempo integral, como o Projeto de Vida - PV, Protagonismo Juvenil, Disciplinas Eletivas e o PBVEST.

Por fim, Honorato (2022) apresenta algumas considerações sobre a política para proteção e privação de liberdade para crianças e adolescentes, dentre elas destacamos que a política investigada, desde as discussões iniciais, que foram protagonizadas em espaços internacionais, mostraram que estiveram sempre articuladas às condições materiais, de recursos variados.

No contexto do estado da Paraíba/CE, Brasil, o autor ainda destaca que a política investigada aponta registros de construção conflituosas/antagônicas, pois de um lado tinha-se aqueles atores, envolvidos na construção da política de currículo analisada, que apontam para defesa de que o modelo das Escolas Cidadãs Integrais não precisava de nenhuma alteração para o Sistema Socioeducativo, a Secretaria de Estado da Educação e Ciência e Tecnologia (SEECT). Por outro lado, a Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) e professores de uma das escolas socioeducativas defendiam uma proposta própria. No fim, ambos os grupos tiveram que entrar em um acordo e aceitar que não seria o projeto das Escolas Cidadãs Integrais (ECI) na sua integralidade, mas também não seria um projeto específico e pensado a partir da realidade das unidades de socioeducação.

O autor sinaliza, também, que a política de socioeducação tem enfrentado sérios problemas para se constituir por falta de financiamento para a manutenção, reforma e construção dos sistemas estaduais de socioeducação para atender às diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2006). Para além das questões de estrutura está a questão de recursos humanos, que não possui formação adequada e específica, bem como os recursos materiais que por vezes são escassos.

Como resposta possível às dinâmicas das unidades socioeducativas, o autor enfatiza que esta depende do dinamismo interpretativo, que resulta numa interconexão, multiplicidade e hibridização, frutos da combinação das lógicas globais e locais, ou seja, forçando a ideia de uma homogeneização curricular que vem sendo tensionada pela heterogeneidade das especificidades do contexto socioeducativo.

Diante do exposto, este estudo apresenta relevante contribuição para/com a comunidade acadêmica, socioeducativa e escolar do estado da Paraíba e dos demais estados que estão (re)pensando as práticas curriculares em espaços socioeducativos de privação de liberdade para jovens e adolescentes, uma vez que possibilita entender a complexidade da atuação da política de currículo no espaço socioeducativo. Além de servir como subsídio para a avaliação da política de currículo em tela, que tem como foco a Socioeducação. Nesse movimento teórico e prático, convidamos a todos a lerem a tese para conhecerem melhor essa política pioneira que traz a Educação de Jovens e Adultos ofertada na modalidade de Educação Integral no Estado da Paraíba-PB, Brasil.

Referências

- Ball, S. J. (1994). *Education Reform: a critical an post-structural approach*. Philadelphia: Open University Press.
- Ball, S. J. (2014). *Educação global SA: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: Editora da UEPG.
- Ball, S. J.; Maguire, M. & Braun, A. (2016). *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: Editora UEPG.
- Bowe, R.; Ball, S. J. & Gold, A. (1992). *Reforming Education and Changing Schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge.
- Brasil. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990* (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União República Federativa do Brasil, Brasília. 1990.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (1996). Brasília. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1998* (1998). Brasília.
- Brasil. *Resolução n.119, de 11 de dezembro de 2006* (2006). Dispõe sobre o Sistema Nacional

de Atendimento Socioeducativo. Brasília.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/acoes-e-programas/atendimento-socioeducativo>.

Brasil. *Resolução nº 160, de 18 de novembro de 2013* (2013). Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília.

<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1556.html>.

Brasil. *Resolução CNE/CEB nº 3, de 13 de maio de 2016* (2016). Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Brasília. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN32016.pdf.

Dias, R. E. (2009). *Ciclo de políticas curriculares na formação de professores no Brasil (1996-2006)*. [Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro], Repositório da UERJ.

Honorato, R. F. S. (2022). *A política de currículo do Programa de Educação Cidadã Integral para o Atendimento de Adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23501?locale=pt_BR

Honorato, R. F. S. Pereira, M. Z. C. & Ramos, L. (2020). Influências, governança, redes de políticas e a organização da Educação Integral em Pernambuco. In Rodrigues, A. C. S.; Albino, A. C. A. & Sússekind, M. L. (org.). *Democracia, educação e políticas curriculares nas pesquisas com currículos* (Vol.1, pp. 181-207). João Pessoa: Editora UFPB.

Laclau, E. (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Laclau, E. (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.

Laclau, E. & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios.

Lopes, A. C. (2005). Política de currículo: Recontextualização e hibridismo. *Currículo sem Fronteiras*, 5(2), 50–64.

Macedo, E. (2014). Base nacional curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, 12(3), 1530 – 1555.

Mouffe, C. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia e Política*, n. 25(1), 11–23,

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200003.

Mouffe, C. (2011). *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

Mouffe, C. (2015). *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

ONU. *Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948. (1948)*. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris. Recuperado em: 18 fevereiro, 2019, de <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>.

ONU. *Resolução n.º 1386 (XIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 20 de novembro de 1959 (1959)*. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Recuperado em: 18 fevereiro, 2019, de https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_

ONU. *Resolução 40/33, de 29 de novembro de 1985* (1985). Regras mínimas das Nações Unidas para a administração da justiça de menores - Regras de Beijing. Beijing: Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução. Recuperado em: 20 fevereiro, 2019, de <https://www.ciespi.org.br/site/collections/document/2610>

ONU. *Resolução 45/112, de 14 de dezembro de 1990* (1990). Princípios das Nações Unidas para apreensão da delinquência juvenil - Diretrizes de Riad. Assembleia Geral das Nações Unidas. Recuperado em: 20 fevereiro, 2019, de <https://www.ciespi.org.br/site/collections/document/2617>

ONU. *Resolução 45/113, de 14 de dezembro de 1990* (1990). Regras das Nações Unidas para a proteção de jovens com restrição de liberdade - Regras de Havana. Havana: Assembleia ONU. Geral das Nações Unidas na sua resolução, 1990. Recuperado em: 20 fevereiro, 2019, de https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/regras_das_nacoes_unidas.pdf

Paraíba. *Decreto nº 37.505, de 18 de julho de 2017* (2017). Paraíba. Cria o Programa de Educação Cidadã Integral para o Atendimento de Jovens em Cumprimento de Medidas Socioeducativas – Janela para o Futuro. Diário Oficial, n. 16.415.

Paraíba. *Diretrizes Curriculares das Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas* (2017). João Pessoa: SEECT.

<https://www.ecitseverinocabral.org/documentos/curr%C3%ADculo>.

Pereira, M. Z. C. (2009a). A Centralidade da pluralidade Cultural nos Debates Contemporâneos no Campo do Currículo. *Currículo sem Fronteiras*, 09, p. 169–184.

Pereira, M. Z. C. (2009b). Currículo, discurso e discursos. In: Macedo, E, Macedo, R. S. & Amorim, A. C. (org.). *Discurso, texto, narrativa nas pesquisas em currículo* (pp. 114–123). Campinas – SP: FE/UNICAMP

Notas

¹ Professora associada, lotada no Departamento de Fundamentação da Educação e credenciada no Programa de Pós-graduação da UFPB, Brasil. Licenciada em Pedagogia com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, GEPPC/UFPB, Brasil. Editora da Revista Espaço do Currículo. Participa da Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa - ReLePe. E-mail: ana.rodrigues@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6621-1861>.

² Professor de Matemática da rede estadual de educação do Ceará, lotado na EEEP Professora Maria Célia Pinheiro Falcão, Pereiro-CE, Brasil. Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, Brasil. Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares - GEPPC/UFPB, Brasil e da Revista Espaço do Currículo - REC/UFPB, Brasil. E-mail: andrebandeira.prof@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4672-3135>.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal

da Paraíba, - campus I, Brasil na linha de Políticas Educacionais. Pedagoga pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Brasil. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares - GEPPC/UFPB, Brasil e da Revista Espaço do Currículo - REC/UFPB, Brasil. E-mail: annecantalic@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2353-0675>.

⁴ Professor da área de Educação, Didática e Currículo do Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus VI. Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de Políticas Educacionais (PE), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Experiências Escolares (GEPCEE), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC/UFPB), do Fórum Permanente de Pesquisa Narrativa (FOPPEN/UFRJ) e membro da equipe editorial da Revista Espaço do Currículo (REC). Possui especialização em Gênero e Diversidade na Escola (2015), licenciatura em Pedagogia (2016) pela Universidade Federal da Paraíba e licenciatura em matemática pela Universidade Vale do Acaraú (2011). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em currículos, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação, gênero, EJA e Socioeducação. E-mail: rafaelhono@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>.